

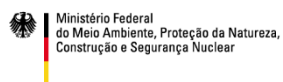
Relatório de Avanço

Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica

Período de Referência: dez 2014 a dez 2018

Maio 2019

Por ordem do



da República Federal da Alemanha



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO.....	3
2.	O PROJETO – BREVE DESCRIÇÃO E ESTRUTURA	4
3.	ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS NO PERÍODO	5
4.	ALCANCE DE OBJETIVOS	6
5.	EXECUÇÃO FINANCEIRA	11
6.	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (DISPONIBILIDADE DE PESSOAL E RECURSOS FINANCEIROS).....	14
7.	QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE IMPACTAM O PROJETO NO PERÍODO.....	14
8.	CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO	15
9.	ANEXOS.....	15
9.1.	BENEFICIÁRIOS APOIADOS.....	15
9.2.	INDICADORES.....	16

1. APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente Relatório de Avanço tem a finalidade de informar ao KfW, de forma objetiva, sobre o andamento das ações do Projeto, possibilitando assim um acompanhamento efetivo do mesmo. Ele contém informações técnicas, coordenadas pelo MMA com o apoio do FUNBIO, e informações financeiras, coordenadas pelo FUNBIO.

O relatório também funciona como ferramenta de monitoramento do Projeto descrevendo os avanços alcançados em relação aos objetivos e indicadores.

Período de abrangência deste relatório: 16 de dezembro de 2014 a 31 de dezembro de 2018.

Períodos já reportados anteriormente: Primeiro envio do Relatório.

2. O PROJETO – BREVE DESCRIÇÃO E ESTRUTURA

O Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica tem por objetivo contribuir para a conservação da biodiversidade e recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica, com ênfase nas regiões dos mosaicos de Unidades de Conservação (UC) Lagamar, Central Fluminense (MCF), e Extremo Sul da Bahia (MAPES), contribuindo para a mitigação e adaptação à mudança do clima.

É um projeto do governo brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU). Prevê apoio técnico através da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, e apoio financeiro através do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento), por intermédio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO.

As abordagens de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima baseada em Ecossistemas (MbE e AbE), desenvolvidas e acolhidas no âmbito da CDB, incluem o uso da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos como parte de uma estratégia geral para promover sumidouros de carbono naturais para a mitigação de gases do efeito estufa e ajudar populações humanas a se adaptarem aos impactos da mudança do clima.

Através destas abordagens, que permeiam todo o Projeto, ele se estrutura em 4 componentes relativos aos eixos temáticos de ações apoiadas:

COMPONENTE 1 - PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Objetivo: apoiar os estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná na implementação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR); registrar pequenas propriedades rurais no SICAR; e apoiar determinados municípios na elaboração e implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMAs.

COMPONENTE 2 - INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Objetivo: elaborar análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa visando o aumento do financiamento de ações de recuperação em larga escala nas regiões de atuação do projeto.

COMPONENTE 3 - GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA

Objetivo: consolidar as UCs dos mosaicos selecionados por meio da elaboração e implementação de Planos de Manejo das UCs e de Planos de Fiscalização Integrada para os mosaicos; fortalecer a cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativa por meio da estruturação de núcleos de referência nas regiões de atuação do projeto.

COMPONENTE 4 - GESTÃO DO CONHECIMENTO

Objetivo: desenvolver plataforma de intercâmbio de experiências governamentais e da sociedade civil em ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica, incluindo experiências de elaboração e implementação de PMMAs.

3. ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS NO PERÍODO

O início oficial do Projeto “Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica” – Projeto Mata Atlântica, ocorreu em dezembro de 2014, quando foram assinados o Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e FUNBIO e o Contrato de Contribuição Financeira entre FUNBIO e KfW para a execução do módulo de cooperação financeira do projeto. Os pormenores da execução do projeto foram definidos a partir de julho de 2015 quando foi assinado o Acordo em Separado entre FUNBIO e KfW.

Todavia, devido as dificuldades encontradas pelo projeto para elaboração dos Planos Operativos Anuais e dos Planos de Aquisição junto aos principais parceiros estaduais e dos mosaicos de UCs e para aprovação dos mesmos pelo KfW, o primeiro desembolso do KfW para o FUNBIO foi realizado em novembro de 2016. Nesse mesmo período foi negociada com o governo alemão a prorrogação do projeto para dezembro de 2020, devido ao atraso ocorrido para início efetivo do mesmo.

Em novembro de 2016 foi iniciado o processo seletivo para contratação da primeira atividade do projeto relacionada a definição de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade na Mata Atlântica. A referida contratação foi efetivada em dezembro de 2017, tendo seus trabalhos finalizados em dezembro de 2018.

As Áreas Prioritárias são um instrumento de política pública que visa a apoiar a tomada de decisão no planejamento e implementação de ações para conservação da biodiversidade brasileira, tais como a criação de unidades de conservação, licenciamento, fiscalização e fomento ao uso sustentável. As regras para a identificação de tais Áreas e Ações Prioritárias foram instituídas pelo Decreto nº 5.092 de 21 de maio de 2004, no âmbito das atribuições do MMA.

O segundo processo de atualização das Áreas Prioritárias foi realizado separadamente por bioma, sendo que para o bioma Mata Atlântica foi realizado com o apoio do Ipê - Instituto de Pesquisas Ecológicas, contratado pelo Projeto Mata Atlântica para dar suporte às atividades durante todo o processo.

O processo de atualização ocorreu em cinco etapas: (i) Avaliação do processo anterior de 2007; (ii) Definição de Alvos e Metas para Conservação; (iii) Definição da Superfície De Custo; (iv) Definição da Superfície de Oportunidades; (v) Definição das Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação da Mata Atlântica, em que foram realizadas quatro oficinas participativas, contando com a participação de representantes de instituições de ensino e pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, iniciativa privada e consultores que atuam com o tema.

Em dezembro de 2018 foi publicada Portaria MMA nº 463, de 18 de dezembro de 2018, que reconheceu as novas áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Os mapas, base de dados e informações associadas estão disponíveis para consulta no site do MMA: areasprioritarias.mma.gov.br

Em resumo, as áreas prioritárias para a conservação do Bioma Mata Atlântica totalizaram 246.620 km² o que representa 22,3% do bioma e uma diminuição em relação ao exercício de 2007 que totalizou 346.191 km² (30,6%), sem incluir as

áreas protegidas. Essa diminuição é resultado de um exercício que utilizou bases de dados mais consistentes e exclusivamente informações georreferenciadas e do uso do sistema Marxan que permitiu selecionar áreas que mesmo em menor número conseguiram atingir 99,5% das metas para os mais de 2.500 alvos selecionados.

As ações que foram citadas com maior frequência como ação principal de conservação para as áreas prioritárias selecionadas foram: Limitação/Regularização de atividades degradantes, Recuperação de áreas degradadas, Gestão integrada e participativa de áreas protegidas, corredores ecológicos e territórios de povos e comunidades tradicionais, Criação de Unidade de Conservação, Criação e Fortalecimento de instrumentos de gestão territorial, Proteção de espécies e Fiscalização e controle de atividades ilegais (ex.: desmatamento, caça, pesca predatória).

A lista de áreas e ações prioritárias deverá ser revista periodicamente pelo MMA, em prazo não superior a cinco anos. Nesse período, o MMA irá divulgar o instrumento para governos estaduais e municipais, e demais órgãos e instituições públicas e privadas que atuam com a conservação da biodiversidade, para que as ações recomendadas possam ser efetivamente implementadas no território.

4. ALCANCE DE OBJETIVOS

O Objetivo Geral do projeto é contribuir para a conservação da biodiversidade e a recuperação da Mata Atlântica, com ênfase nos mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para a mitigação e adaptação da população às mudanças do clima. Para isso, o projeto possui objetivos específicos relacionadas à cada componente:

Componente 1. Objetivo Específico: Instrumentos de planejamento territoriais/regionais são estabelecidos nas regiões/municípios prioritários dos mosaicos de unidades de conservação.

Os instrumentos de ordenamento territorial a serem apoiados pelo projeto são o Cadastro Ambiental Rural - CAR e os Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMA.

O CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, instituído pela Lei nº 12.651/2012, obrigatório para todos os imóveis rurais, cuja finalidade é registrar e integrar as informações ambientais das propriedades rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento em escala nacional. O CAR é instrumento fundamental para promover ações organizadas entre o setor público e a sociedade civil de recuperação de áreas degradadas ou alteradas, com ênfase nas Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL).

Os Órgão Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs são responsáveis por auxiliar pequenos proprietários rurais no processo de inscrição no CAR e por analisar e validar os cadastros realizados em seu território. Dessa forma, o Projeto Mata Atlântica se propôs a auxiliar os OEMAs dos estados da área de atuação do projeto (BA, SP, PR e RJ) nessas atividades.

Em 2018, o projeto lançou Termo de Referência - TdR para contratar consultoria para realizar o levantamento de dados ambientais e o cadastramento no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) de 4.348 imóveis rurais ou posses rurais com até 4 módulos fiscais localizados na região do mosaico de unidades de conservação do extremo sul da Bahia

(MAPES). O CEFIR é o CAR do estado da Bahia, que possui sistema e similaridades próprias. O processo seletivo dessa consultoria foi finalizado e a contratação deve ser efetivada no início de 2019, com previsão de duração de 330 dias.

Em 2018, o Projeto Mata Atlântica também lançou TdR para contratação de consultoria técnica para realizar a análise de 5.790 Cadastros Ambientais Rurais de pequenos imóveis rurais localizadas nos 18 municípios que abrangem a área do Mosaico Central Fluminense no RJ. Todavia, as propostas financeiras apresentadas superaram o limite orçamentário do projeto para essa contratação, o que levou ao cancelamento do processo seletivo realizado em 2018.

Em 2019, será relançado o TdR para o RJ e também serão lançados TdRs com o mesmo objetivo para os estados da BA e PR. A partir das lições aprendidas no RJ, o INEA-RJ está revendo os critérios técnicos e exigências do TdR para tentar reduzir o custo da contratação. Também realizaremos reuniões com o Serviço Florestal Brasileiro e os OEMAs para solucionar as dúvidas e verificar a melhor maneira (custo/benefício) de realizar essas contratações. A previsão de duração das consultorias a serem contratadas é de 360 dias, garantindo que os trabalhos serão finalizados antes do término do projeto em dezembro de 2020.

Já o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) está previsto na Lei da Mata Atlântica (Lei Federal 11.428/2006) e no Decreto Federal 6.660/2008, que regulamenta a referida Lei. Trata-se de um instrumento de planejamento na esfera municipal que visa à conservação e recuperação dos remanescentes da Mata Atlântica. O PMMA é elaborado por livre iniciativa da administração municipal e serve como orientação para as ações públicas e privadas, para a atuação de entidades acadêmicas e de pesquisa, e para as organizações da sociedade. O PMMA é um importante instrumento de integração da conservação da biodiversidade, incluindo a recuperação da vegetação nativa e seu uso sustentável, ao planejamento municipal.

Em 2018 foram iniciados os processos seletivos para contratação de consultorias para realizar, em parceria com os gestores municipais, a elaboração de 10 PMMAs no RJ e 7 PMMAs no PR. A consultoria do PR teve início em dezembro de 2018 e a consultoria do RJ tem previsão de início em janeiro de 2019. Ambas as consultorias têm previsão de duração de 565 dias.

Em 2019, o MMA, em parceria técnica com a GIZ, irá acompanhar o processo participativo de elaboração desses planos que incluirão a abordagem de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE). Também está previsto o lançamento de um novo TdR para contratação de consultoria que auxiliará a elaboração do PMMA em outros 5 municípios em SP.

Componente 2. Objetivo Específico: Informações estratégicas importantes para a tomada de decisão para a conservação e restauração da Mata Atlântica são fornecidas.

A recuperação da vegetação nativa é uma medida essencial de adaptação à mudança do clima, contribuindo para a redução de riscos associados a eventos climáticos extremos e garantindo a manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais como o fornecimento de água, em cenários de temperaturas em elevação e/ou pluviosidade decrescente.

Entretanto, para incentivar o crescimento das atividades de recuperação da vegetação nativa nas regiões de atuação do projeto, se faz necessária uma análise econômica detalhada da cadeia produtiva associada a esse tema em cada região,

incluindo atividades de coleta de sementes, produção de mudas, implantação de projetos, além do potencial da comercialização de produtos madeireiros e não-madeireiros oriundos das áreas recuperadas.

Os resultados dessa análise econômica podem contribuir para a promoção da recuperação da vegetação nativa com base econômica, tanto em termos de políticas públicas como na implementação de negócios, discorrendo sobre modelos de recuperação passíveis de adoção mais bem-sucedida, as características de seus sistemas de cultivo e de produção e possíveis vocações regionais para mercado de produtos e serviços oriundos das áreas recuperadas.

Em 2018 foram iniciados pelo Projeto Mata Atlântica os processos seletivos para a contratação de consultorias técnicas para elaboração de análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativas nas regiões de atuação do projeto (3 consultorias regionais, uma para cada mosaico) e para elaboração de estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para a recuperação da vegetação nativa em larga escala nas regiões de atuação do projeto (1 consultoria para as três regiões). A consultoria regional do Lagamar teve início em setembro de 2018 e as consultorias do MAPES e MCF em dezembro de 2018. Já a consultoria para elaboração da estratégia geral iniciará os trabalhos em janeiro de 2019.

Em 2019, o MMA irá acompanhar a realização das 4 consultorias, com previsão de duração de 300 dias cada uma, e realizará reuniões de articulação entre as equipes contratadas para garantir uma padronização dos produtos e resultados apresentados. Em 2020, após o término das consultorias, será desenvolvido uma estratégia de divulgação dos resultados para atores estratégicos, incluindo comitês governamentais e instituições financeiras, com o auxílio da Cooperação Técnica (GIZ).

Componente 3. Objetivo Específico: Infraestruturas para a melhoria da gestão dos mosaicos de áreas protegidas foram criadas e estão em plena utilização.

Os mosaicos de Unidades de Conservação – UCs integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei nº 9.985/2000) e designam unidades de conservação próximas e de diferentes categorias que buscam a gestão integrada para compatibilizar a conservação, a valorização da sociobiodiversidade e o desenvolvimento sustentável em âmbito regional. A gestão integrada das unidades de conservação e de suas áreas de abrangência possibilita a implementação de instrumentos de ordenamento territorial integrados e a incorporação de aspectos relacionados às mudanças do clima, aprimorando as condições para a restauração da Mata Atlântica e a conectividade dos seus ecossistemas. Além disso, propicia a manutenção e valorização dos serviços ecossistêmicos. Desta forma, os mosaicos constituem regiões prioritárias para o alcance dos objetivos do projeto.

Foram selecionadas pelo projeto 11 UCs prioritárias para receberem apoio para elaboração e implementação dos seus Planos de Manejo. Essas UCs foram priorizadas pelo Comitê Gestor do Projeto, sendo 1 UC federal, 2 UCs municipais e 8 UCs estaduais.

Em 2018, foi realizada em Brasília uma oficina de capacitação para os gestores das 11 UCs selecionadas. A capacitação teve o objetivo de abordar a nova metodologia de elaboração de Planos de Manejo desenvolvida pelo ICMBio, visando uma redução dos custos e prazos de elaboração dos planos de manejo de UCs. Ainda, os gestores foram capacitados

sobre como inserir a abordagem de AbE no processo de elaboração dos planos e sobre como elaborar os TdRs para contratação das consultorias que auxiliarão nesse processo.

Em 2019, os TdRs para a contratação de 4 consultorias específicas para elaboração de Planos de Manejo de 2 UCs na BA, 2 UCs no RJ, 4 UCs no PR e 3 UCs em SP serão lançados, tendo o prazo máximo de 300 dias para elaboração dos respectivos planos. Ainda em 2019, o projeto irá focar na elaboração do Plano de Fiscalização Integrada do Mosaico Central Fluminense - MCF, conforme recomendação do Comitê Gestor do Projeto após manifestação dos OEMAS, nos quais apenas a SEA-RJ demonstrou interesse em colaborar com o processo de articulação com os mosaicos. O assessor contratado pelo projeto irá auxiliar no desenvolvimento dessa atividade.

Em 2018, o MMA, em parceria com o FUNBIO e os parceiros do projeto (OEMAS e Pacto) também elaborou chamada de projetos de apoio a estruturação de núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica por meio de fomento à atividades de capacitação, pesquisa, extensão e/ou difusão de tecnologia voltadas à recuperação da vegetação nativa e à produção e oferta de sementes e mudas de espécies nativas do bioma Mata Atlântica.

Essa chamada prevê o apoio à 3 a 4 projetos de valor mínimo de R\$ 1,5 milhão e máximo de R\$ 2 milhões cada projeto. O FUNBIO já formalizou a participação dos membros dos parceiros do projeto na Comissão Técnica de Avaliação das propostas.

Todavia, o lançamento da chamada ainda aguarda a revisão do Acordo em Separado entre FUNBIO e KfW, já que este não previa essa modalidade de execução de projetos. Após a inclusão da modalidade no Acordo, a chamada poderá ser oficialmente divulgada, iniciando o processo seletivo das propostas.

Componente 4. Objetivo Específico: A capacidade institucional aos níveis nacional, estadual e municipal, bem como representantes da sociedade civil é ampliada e melhorada.

Neste componente, para se atingir o objetivo de ampliar e melhorar a capacidade institucional para realização de ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica, se propôs o desenvolvimento de uma plataforma web de intercâmbio e aprendizagem por meio da qual funcionários dos governos locais e representantes da sociedade civil organizada pudessem trocar informações e experiências relacionadas aos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMAs.

Em 2018, foi realizado processo de articulação com a Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente - ANAMMA para definir a proposta de plataforma para a troca de informações e experiências no desenvolvimento e na implementação de PMMAs. Ficou acordado que utilizaremos a plataforma já existente (pmma.etc.br) que contou com apoio de projetos da ONU e da GIZ para ser desenvolvida, sendo necessários aperfeiçoamentos na plataforma relacionados à interface de SIG para melhor monitoramento da elaboração e implementação dos PMMAs em toda a Mata Atlântica e melhor troca de informações sobre os planos existentes. Também serão aperfeiçoadas as ferramentas do curso online de

elaboração de PMMAs oferecido pela plataforma. Em 2019, será desenvolvido o TdR para a contratação necessária para realizar tais aperfeiçoamentos na plataforma, após o devido alinhamento e aprovação por parte do KfW.

5. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Execução financeira – por componente						
Componentes e Resultados	Módulo CF - KfW (euro)	Executado	Comprometido	Previsto	Total	SALDO total
	A	B	C	D	B+C+D	E=A-(B+C+D)
Componente 1: Planejamento territorial/ regional	€ 2.450.000,00	€ 6.009,21	€ 254.319,77	€ 441.060,86	€ 701.389,84	€ 1.748.610,16
1.1 Fortalecimentos de Sistemas CAR e planejamento e registros/ validação de cadastros	€ 1.750.000,00	€ -	€ 147.374,65	€ 173.521,13	€ 320.895,77	€ 1.429.104,23
1.2 Elaboração e implementação de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica	€ 700.000,00	€ 6.009,21	€ 106.945,13	€ 267.539,73	€ 380.494,07	€ 319.505,93
Componente 2: Instrumentos Econômicos	€ 320.000,00	€ 6.336,40	€ 179.813,93	€ 90.366,20	€ 276.516,52	€ 43.483,48
2.1 Estudos econômicos sobre a cadeia de restauração da Mata Atlântica	€ 320.000,00	€ 6.336,40	€ 179.813,93	€ 90.366,20	€ 276.516,52	€ 43.483,48
Componente 3: Gestão de Mosaicos de Unidades de Conservação e Restauração	€ 3.680.000,00	€ 227.243,89	€ 42.935,84	€ -	€ 270.179,73	€ 3.409.820,27
3.1 Consolidação de Unidades de Conservação por meio da elaboração e implementação de planos de manejo	€ 1.130.000,00	€ 21.729,64	€ 6.115,67	€ -	€ 27.845,31	€ 1.102.154,69
3.2 Elaboração e implementação de Planos de Proteção Integrada de mosaicos de unidades de conservação	€ 750.000,00	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 750.000,00
3.3 - Estruturação de núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica	€ 1.800.000,00	€ 205.514,25	€ 36.820,17	€ -	€ 242.334,42	€ 1.557.665,58
Componente 4: Conhecimento em Gestão	€ 250.000,00	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 250.000,00
4.1 Desenvolvimento e implementação de plataforma web-based para informar e promover troca de experiências em iniciativas de proteção e recuperação da Mata Atlântica	€ 250.000,00	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 250.000,00
Funbio (até 14%)	€ 785.000,00	€ 332.473,51	€ 291.969,45	€ 31.184,23	€ 655.627,19	€ 129.372,81
Reserva Técnica (5%)	€ 380.000,00	€ -	€ -	€ -	€ -	€ 380.000,00
Total	€ 7.865.000,00	€ 572.063,01	€ 769.038,99	€ 562.611,28	€ 1.903.713,28	€ 5.961.286,72

* Data base de 31/12/2018

* Câmbio utilizado para converter Comprometido e Previsto é de R\$4,4375 de 31/12/2018

Executado: Todas as despesas que efetivamente foram pagas

Comprometido: São todas as solicitações que já foram contratadas e ainda não foram pagas

Previsto: São as solicitações realizadas e que ainda estão em Compras em processo de cotação.

Execução financeira – por Mosaico				
Mosaicos	Executado	Comprometido	Previsto	Total
	B	C	D	B+C+D
Mosaico do Extremo Sul da Bahia (Bahia)	€ -	€ 41.307,04	€ 173.521,13	€ 214.828,17
Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense (Rio de Janeiro)	€ -	€ 83.927,44	€ 267.539,73	€ 351.467,17
Mosaico Lagamar (São Paulo e Paraná)	€ 6.336,40	€ 161.524,57	€ -	€ 167.860,97
Total	€ 6.336,40	€ 286.759,05	€ 441.060,86	€ 734.156,31

* Data base de 31/12/2018

* Câmbio utilizado para converter Comprometido e Previsto é de

Execução financeira – por Categoria de Despesa				
Categorias	Executado	Comprometido	Previsto	Total
	B	C	D	B+C+D
Bens - MAIII	€ -	€ -	€ -	€ -
Consultoria PF - MAIII	€ 6.161,06	€ 540,85	€ -	€ 6.701,91
Consultoria PJ - MAIII	€ 126.041,09	€ 470.953,87	€ 531.427,06	€ 1.128.422,02
Custos Recorrentes - MAIII	€ 332.473,51	€ 291.969,45	€ 31.184,23	€ 655.627,19
Desembolso - MAIII	€ -	€ -	€ -	€ -
Diária - MAIII	€ 18.597,78	€ 27,04	€ -	€ 18.624,83
Obras - MAIII	€ -	€ -	€ -	€ -
Passagem - MAIII	€ 51.138,87	€ -	€ -	€ 51.138,87
Serviços PF - MAIII	€ -	€ -	€ -	€ -
Serviços PJ - MAIII	€ 37.650,70	€ 5.547,78	€ -	€ 43.198,48
	€ 572.063,01	€ 769.038,99	€ 562.611,28	€ 1.903.713,28

6. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (DISPONIBILIDADE DE PESSOAL E RECURSOS FINANCEIROS)

Conforme estabelecido no Acordo de Cooperação entre MMA e FUNBIO, o MMA mantém uma equipe de coordenação técnica e de gestão do projeto contendo um coordenador-geral e dois analistas ambientais do Departamento de Conservação de Ecossistemas - DECO, responsáveis por atividades tais como: organização e realização das reuniões do Comitê Gestor do Projeto; elaboração do Plano Operativo Anual - POA em parceria com o Módulo de Cooperação Técnica do Projeto (GIZ); elaboração de termos de referência e textos de chamadas de seleção de consultores e projetos para o cumprimento dos objetivos e componentes do projeto; acompanhamento das consultorias e serviços contratados e aprovação dos produtos produzidos; articulação e mobilização dos parceiros executores do projeto, principalmente os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAs dos Estados da BA, SP, PR e RJ, para a execução das atividades de responsabilidade dos parceiros, dentre outras.

Os OEMAs são representados por um ponto focal do projeto, responsável por participar das reuniões do Comitê Gestor e propor as atividades de responsabilidade dos respectivos OEMAs em cada componente. Também são responsáveis por elaborar os termos de referência e acompanhar as contratações de responsabilidade deles no âmbito do POA, incluindo a aprovação dos produtos. Em cada atividade, os OEMAs disponibilizam outros servidores e analistas, conforme o tema da contratação e expertise dos analistas, para auxiliar na elaboração dos TdRs e acompanhamento das consultorias contratadas.

A GIZ colabora com o MMA e os OEMAs, dando suporte técnico para a elaboração dos TdRs e acompanhamento das consultorias, conforme as atividades diretamente relacionadas aos indicadores do módulo de cooperação técnica do projeto, principalmente relacionadas as temáticas de Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica – PMMAs e de Planos de Manejo de UCs (Componentes 1 e 3 do projeto). Ainda, auxilia na integração da abordagem de Adaptação às mudanças do clima baseada em Ecossistemas – AbE em todas as atividades executadas pelo projeto.

O FUNBIO, além de executar as funções financeiras do projeto e realizar todos os processos seletivos e de contratação necessários para o cumprimento das atividades do POA, auxilia o MMA e os parceiros na elaboração dos termos de referência a partir de modelos de documentos disponibilizados e da experiência adquirida de mais de 20 anos de execução de projetos de cooperação internacional. A equipe do projeto no FUNBIO conta com um gerente e ponto focal financeiro, além do desempenho de diversas funções por parte de outras equipes como assessoria jurídica, comunicação, compras e coordenação.

Os recursos financeiros relacionados à remuneração da equipe técnica e administrativa do MMA e parceiros estaduais, os custos de locação e manutenção das dependências físicas do MMA e parceiros estaduais, e os custos operacionais para as atividades de gestão do projeto (telefone, internet, manutenção de computadores, passagens e diárias para visitas de campo, etc.) são contabilizados como contrapartida não-financeira do projeto.

Os custos de gestão do projeto pelo FUNBIO seguem o determinado no Anexo 08 do Acordo em Separado. Além disso, os mesmos são mensalmente aprovados pelo MMA em relatórios específicos que discriminam custos fixos e variáveis. Os custos fixos são referentes à manutenção da equipe e os custos variáveis referentes a cada atividade ou compra/contratação realizada. Por conta dos atrasos ocorridos anteriormente ao início das atividades, o FUNBIO iniciou a recuperação de custos fixos somente a partir de março de 2017.

7. QUESTÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS QUE IMPACTAM O PROJETO NO PERÍODO

As mudanças de direção ocorridas no MMA e nos OEMAs durante a execução do projeto ocasionaram também mudanças nas equipes técnicas de acompanhamento do projeto e mudanças nas prioridades do MMA e dos parceiros na execução das atividades previstas nos POAs. A necessidade de rearticulação e nivelamento sobre o projeto com as novas equipes e as alterações nas atividades previstas no POA acabaram causando atraso na execução técnica e financeira do projeto. Para solucionar esses problemas, em 2019 serão assinados Acordos de Cooperação com os OEMAs para formalizar a

parceria com o projeto e registrar as responsabilidades de ambas as partes na execução do mesmo. Os Acordos também irão possibilitar a doação dos bens adquiridos pelo FUNBIO para as UCs estaduais.

A necessidade de nivelamento em relação às regras de execução do projeto entre MMA, FUNBIO e KfW, refletida na demora na aprovação do Manual Operativo do Projeto – MOP; assim como a necessidade de Não-Objeção do KfW à alguns processos e a demora na realização e finalização dos processos seletivos das contratações previstas também ocasionaram atrasos significativos na execução do projeto. Para solucionar estes problemas, foram contratados com recursos do projeto dois assessores para auxiliar o MMA e os OEMAs na elaboração de TdRs e aprovação dos produtos, a equipe do FUNBIO de acompanhamento do projeto foi modificada em 2018, dando maior celeridade a execução dos processos seletivos, e o KfW passou a selecionar apenas algumas contratações estratégicas para dar a Não-Objeção. Todavia, alguns alinhamentos permanecem pendentes, como a necessidade de revisão do Acordo em Separado entre FUNBIO e KfW para a inclusão da modalidade de Chamada de Projetos no MOP.

8. CONCLUSÃO, RECOMENDAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

Por todo exposto, observa-se que em 2018 o projeto teve uma melhora significativa na execução técnica e financeira, com avanços importantes nas atividades e objetivos dos componentes 1, 2 e 3.

Na última reunião do Comitê Gestor do Projeto, realizada em dezembro de 2018 m Brasília, foi elaborado o POA 2019-2020, cobrindo excepcionalmente dois anos de execução para proporcionar o planejamento das atividades e uso dos recursos de doação até o final do projeto (dezembro de 2020). Está prevista uma nova reunião do Comitê Gestor em dezembro de 2019 para revisão do POA 2019-2020. Todavia, o número de atividades e a quantidade de recursos a serem executados até dezembro de 2020 ainda é bastante significativo, cabendo ao MMA, OEMAs, FUNBIO e KfW procurar dar maior celeridade nos processos administrativos para cumprirmos os objetivos até o final do projeto.

9. ANEXOS

9.1. BENEFICIÁRIOS APOIADOS

São beneficiários diretos do projeto o MMA e os membros do Comitê Gestor que incluem o ICMBio e os OEMAS dos 04 estados apoiados (Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia), assim como a Rede de ONGs da Mata Atlântica e o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, que propõem e executam atividades com os recursos do projeto.

Todavia, os reais beneficiários das ações do Projeto são os habitantes dos territórios onde se localizam os mosaicos de unidades de conservação selecionados que dependem diretamente dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos fornecidos pela Mata Atlântica. Além disso, toda a população da Mata Atlântica se beneficia da conservação e restauração deste importante bioma.

9.2. INDICADORES

Objetivo Geral: Contribuir para a conservação da biodiversidade e a restauração/recuperação de áreas degradadas na Mata Atlântica, com ênfase nos mosaicos de unidades de conservação selecionados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança do clima.

Indicador 0 (Revisado)	Foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima baseadas em ecossistemas (MbE/AbE) em uma área de pelo menos 300.000 hectares nas regiões dos mosaicos de unidades de conservação da Mata Atlântica selecionados, por meio de atividades da cooperação técnica (CT) e da cooperação financeira (CF).	
<i>Linha de Base:</i>	Linha de base: Até 03/2018 foram elaboradas, com recursos da CT, medidas de MbE/AbE em 210.171,51 hectares nas regiões dos mosaicos de unidades de conservação selecionados pelo projeto.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Informações reportadas pelos OEMAs, municípios e gestores de UCs apoiados. Fonte de dados: PMMAs e Planos de Manejo elaborados.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Para uma área de 300.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2020
90%	Para uma área de 250.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2019
60%	Para uma área de 200.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2018
30%	Para uma área de 100.000 hectares nos mosaicos de unidades de conservação foram elaboradas medidas de mitigação e adaptação com enfoque ecossistêmico.	2017
<i>Progresso atual:</i>	70 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Com recursos da Cooperação Técnica do projeto, foram elaboradas até dezembro de 2018 medidas de MbE/AbE em 210.171,51 hectares nas regiões dos mosaicos de unidades de conservação selecionados pelo projeto, o que corresponde à 70% da meta de 300.000 hectares.</p> <p>Essas medidas estão relacionadas principalmente aos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica - PMMAs em 11 municípios no Extremo Sul da Bahia, à elaboração do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Federal Cananeia/Iguape/Peruibe – APA CIP no litoral sul de São Paulo e há medidas de monitoramento de projetos de recuperação da vegetação nativa realizados pelo Pacto pela Restauração da Mata Atlântica – Pacto nos municípios de atuação do projeto na BA, PR e RJ.</p> <p>Serão monitoradas até dezembro de 2020 novas medidas de MbE/AbE elaboradas no âmbito das atividades apoiadas pela Cooperação Financeira, tais como: a elaboração de PMMAs em 10 municípios no RJ, 7 municípios no PR e 5 municípios em SP; elaboração de Planos de Manejo de 11 Unidades de Conservação – UCs, sendo 2 no RJ, 2 na BA, 4 no PR e 3 em SP, recuperação da vegetação nativa de áreas de APP e RL localizadas em pequenas propriedades rurais de Porto Seguro-BA, dentre outras.</p>	

Componente 1: Planejamento Territorial

Objetivo Específico 1: Instrumentos de ordenamento territorial são estabelecidos nas regiões/ municípios prioritários dos mosaicos de unidades de conservação selecionados.

Indicador 1.1 (Revisado)	Pelo menos 50% do número de cadastros no CAR de pequenas propriedades rurais localizadas nos municípios de atuação do projeto com registro analisado.	
<i>Linha de Base:</i>	Linha de base: 16.956 pequenos imóveis rurais cadastrados no SiCAR nos municípios de atuação do projeto até junho de 2018 (anexo 1).	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de informações reportadas pelos OEMAs e Serviço Florestal Brasileiro - SFB. Fonte de dados: SiCAR.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Pelo menos 50% do número de pequenas propriedades rurais de cada mosaico com registro analisado no SiCAR	2020
75%	Pelo menos 25% do número de pequenas propriedades rurais de cada mosaico com registro analisado no SiCAR	2019
50%	Pelo menos 15% do número de pequenas propriedades rurais de cada mosaico com registro analisado no SiCAR	2018
5 %	Definição da linha de base e elaboração dos TdRs	2017
<i>Progresso atual:</i>	3 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Foi definida a linha de base deste indicador conforme os números de pequenos imóveis rurais cadastradas no SiCAR nos municípios de atuação do projeto até junho de 2018, sendo o total de 16.956 imóveis, dos quais 1033 estão localizados na BA, 5.904 no RJ e 10.019 em SP e PR. Desta forma, a meta do projeto é que pelo menos 50% desses imóveis estejam com o registro no CAR analisado pelos órgãos estaduais.</p> <p>Em 2018, o Projeto Mata Atlântica lançou Termo de Referência para contratação de consultoria técnica para realizar a análise de 5.790 Cadastros Ambientais Rurais de pequenos imóveis rurais localizadas nos 18 municípios que abrangem a área do Mosaico Central Fluminense no RJ. Todavia, as propostas financeiras apresentadas superaram o limite orçamentário do projeto para essa contratação, o que levou ao cancelamento do processo seletivo realizado em 2018.</p> <p>Em 2019, será relançado o TdR para o RJ e também serão lançados os TdRs para os estados da BA e PR. A partir das lições aprendidas no RJ, o INEA-RJ está revendo os critérios técnicos e exigências do TdR para tentar reduzir o custo da contratação. Também realizaremos reuniões com o Serviço Florestal Brasileiro e os OEMAs para solucionar as dúvidas e verificar a melhor maneira (custo/benefício) de realizar essas contratações.</p> <p>A previsão de duração das consultorias a serem contratadas é de 360 dias, garantindo que os trabalhos serão finalizados antes do término do projeto em dezembro de 2020. O número de cadastros a serem analisados pelas consultorias irá superar a meta final deste indicador.</p>	

Indicador 1.2 (Novo)	Pelo menos 15 municípios da área de atuação do projeto com Planos Municipais de Conservação e Restauração da Mata Atlântica elaborados e em processo de implementação.	
Justificativa para inclusão do novo indicador:	Recursos significativos do projeto serão aportados para a elaboração e implementação de PMMAs e não havia um indicador específico que monitorasse essa atividade do projeto.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, dos 42 municípios de atuação do projeto, apenas Porto Seguro/BA possuía PMMA elaborado e Santa Cruz Cabralia/BA estava em processo de elaboração.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de informações reportadas pelos OEMAs. Fonte de dados: Base de dados dos OEMAs, plataforma online Ambiental Consulting.	
Escala % de progresso	<i>Definição da escala de progresso estimado</i>	<i>Data</i>
100%	Processo de implementação dos PMMAs iniciado	2020
75%	Elaboração dos 15 PMMAs finalizada	2019
50%	Processo de elaboração dos 15 PMMAs iniciado	2018
5 %	Mobilização dos OEMAs e dos municípios e elaboração dos TdRs	2017
<i>Progresso atual:</i>	40 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018 foram iniciados os processos seletivos para contratação de consultorias para realizar, em parceria com os gestores municipais, a elaboração de 10 PMMAs no RJ e 7 PMMAs no PR. A consultoria do PR teve início em dezembro de 2018 e a consultoria do RJ tem previsão de início em janeiro de 2019. Ambas as consultorias tem previsão de contrato de 565 dias.</p> <p>Em 2019, o MMA, em parceria técnica com a GIZ, irá acompanhar o processo participativo de elaboração desses planos que incluirão a abordagem de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE). Também está previsto o lançamento de um novo TdR para contratação de consultoria que auxiliará a elaboração do PMMA em outros 5 municípios em SP.</p>	

Componente 2: Instrumentos Econômicos

Objetivo Específico 2: Informações estratégicas importantes para a tomada de decisão para a conservação e restauração da Mata Atlântica são fornecidas.

Indicador 2.1 (Revisado)	Estudo econômico para a restauração da Mata Atlântica nas áreas de atuação do projeto é concluído, aprovado, publicado e apresentado em pelo menos duas oficinas ou conselhos públicos relacionados à restauração, com o objetivo de ser utilizado como base para a elaboração, revisão ou implementação de políticas e programas de recuperação da Mata Atlântica.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015 nenhum estudo econômico para restauração da Mata Atlântica nas áreas de atuação do projeto estudo havia sido realizado.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatórios de progresso do estudo econômico e da sua divulgação.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Estudo apresentado em oficinas e conselhos públicos relacionados à recuperação da vegetação	2020
75%	Estudo finalizado e publicado	2019
30%	Processo seletivo finalizado e estudo iniciado	2018
10%	TdR elaborado	2017
<i>Progresso atual:</i>	30 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018 foram iniciados os processos seletivos para a contratação de consultorias técnicas para elaboração de análise econômica da cadeia produtiva da recuperação da vegetação nativas nas regiões de atuação do projeto (3 consultorias regionais, uma para cada mosaico) e para elaboração de estratégia de aumento da disponibilidade de financiamento para a recuperação da vegetação nativa em larga escala nas regiões de atuação do projeto (1 consultoria para as três regiões). A consultoria regional do Lagamar teve início em setembro de 2018 e as demais consultorias em dezembro de 2018.</p> <p>Em 2019, o MMA irá acompanhar a realização das 4 consultorias, com previsão de duração de 300 dias cada uma, e realizará reuniões de articulação entre as equipes contratadas para garantir uma padronização dos produtos e resultados apresentados.</p> <p>Em 2020, após o término das consultorias, será desenvolvido uma estratégia de divulgação dos resultados para atores estratégicos, incluindo comitês governamentais e instituições financeiras, com o auxílio da Cooperação Técnica (GIZ).</p>	

Componente 3: Gestão de UCs e Restauração

Objetivo Específico 3: Planejamentos e estruturas para a melhoria da gestão das Unidades de Conservação e da restauração nas regiões dos mosaicos selecionados foram criados e estão em plena utilização.

Indicador 3.1 (Revisado)	Pelo menos 8 Unidades de Conservação localizadas nos mosaicos de atuação do projeto possuem plano de manejo elaborado/revisado com enfoque na adaptação às mudanças do clima (AbE), com equipamentos e infraestrutura adquiridos pelo projeto para sua implementação.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, das 95 UC abrangidas pelos Mosaicos, 65 não possuíam planos de manejo. Nenhum dos Planos de Manejo possuíam, em 2015, enfoque em AbE.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio relatório de execução do FUNBIO e MMA, sendo os Planos de Manejo elaborados cadastrados no CNUC.	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data
100%	Planos de manejo em implementação	2020
75%	Planos de manejo elaborados	2019
20%	TdRs para elaboração/revisão dos Planos de Manejo elaborados pelos gestores das UCs	2018
10%	UCs a serem apoiadas definidas	2017
<i>Progresso atual:</i>	15 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, foi realizada em Brasília oficina de capacitação para os gestores das 11 UCs selecionadas pelo projeto para receberem apoio na elaboração de seus respectivos Planos de Manejo.</p> <p>A capacitação teve o objetivo de abordar a nova metodologia de elaboração de Planos de Manejo desenvolvida pelo ICMBio, visando uma redução dos custos e prazos de elaboração dos planos de manejo de UCs. Ainda, os gestores foram capacitados sobre como inserir a abordagem de AbE no processo de elaboração dos Planos e sobre como elaborar os TdRs para contratação das consultorias que auxiliarão nesse processo.</p> <p>Em 2019, os TdRs para a contratação de 4 consultorias específicas para elaboração de Planos de Manejo de 2 UCs na BA, 2 UCs no RJ, 4 UCs no PR e 3 UCs em SP serão lançados, tendo o prazo máximo de 300 dias para elaboração dos respectivos planos.</p>	

Indicador 3.2 (Revisado)	Pelo menos 1 Plano de Fiscalização Integrada para os mosaicos de UCs elaborado/revisado e com equipamentos e infraestrutura adquiridos pelo projeto para iniciar sua execução.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, os Mosaicos Central Fluminense (MCF) e Extremo Sul da Bahia (MAPES) possuíam plano de fiscalização integrada elaborado, porém com baixa execução. O Mosaico Lagamar (SP/PR) não possuía plano de fiscalização integrada elaborado.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatório de execução do FUNBIO e MMA.	
<i>Escala % de progresso</i>	<i>Definição da escala de progresso estimado</i>	<i>Data</i>
100%	Plano de Fiscalização Integrada em execução	2020
70%	Plano de Fiscalização Integrada em elaboração/revisão	2019
10%	Articulação com os órgãos gestores das UCs dos mosaicos para elaboração/revisão do Plano de Fiscalização Integrada	2018
5%	Reunião com ICMBio para definição de estratégia de elaboração e implementação do Planos de Fiscalização Integrada	2017
<i>Progresso atual:</i>	3 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, o MMA tentou, sem sucesso, realizar reunião com o ICMBio e os órgãos gestores das UCs dos mosaicos para a definição da estratégia de elaboração dos Planos de Fiscalização Integrada dos mosaicos. Mudanças na gestão do ICMBio e a baixa articulação dos conselhos dos mosaicos contribuíram para o insucesso dessa atividade.</p> <p>Em 2019, o projeto irá focar na elaboração do Plano de Fiscalização Integrada do MCF, conforme recomendação do Comitê Gestor do Projeto após manifestação dos OEMAS, nos quais apenas a SEA-RJ demonstrou interesse em colaborar com o processo de articulação com os mosaicos. O assessor Rafael Ummus contratado pelo projeto irá auxiliar no desenvolvimento dessa atividade.</p>	

Indicador 3.3 (revisado)	Pelo menos 1 núcleo de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica em operação, com atuação nos estados e/ou municípios do projeto, e com equipamentos e infraestrutura adquiridos pelo projeto para sua operação.	
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, não havia arranjos locais de núcleos de recuperação da vegetação com atuação nas áreas de do projeto.	
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatório de execução do FUNBIO e MMA. Resultados disponibilizados na plataforma do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica – Pacto.	
<i>Escala % de progresso</i>	<i>Definição da escala de progresso estimado</i>	<i>Data</i>
100%	Projeto selecionado finalizado	2020
70%	Projeto selecionado em execução	2019
30%	Edital lançado e seleção dos projetos finalizada	2018
10%	Conceito de núcleo definido e edital para seleção de projetos elaborado	2017
<i>Progresso atual:</i>	20 %	
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, o MMA, em parceria com o FUNBIO e os parceiros do projeto (OEMAS e Pacto) elaborou chamada de projetos de apoio a núcleos de referência em recuperação da vegetação nativa na Mata Atlântica por meio de fomento à atividades de capacitação, pesquisa, extensão e/ou difusão de tecnologia voltadas à recuperação da vegetação nativa e à produção e oferta de sementes e mudas de espécies nativas do bioma Mata Atlântica.</p> <p>Essa chamada prevê o apoio à 3 a 4 projetos de valor mínimo de R\$ 1,5 milhão e máximo de R\$ 2 milhões cada projeto. O FUNBIO já formalizou a participação dos membros dos parceiros do projeto na Comissão Técnica de Avaliação das propostas.</p> <p>Todavia, estamos aguardando a revisão do Acordo em Separado entre FUNBIO e KfW, que não previa essa modalidade de execução de projetos, para poder lançar oficialmente a chamada de projetos e iniciar o processo seletivo das propostas.</p>	

Componente 4: Conhecimento em Gestão

Objetivo Específico 4: A capacidade institucional aos níveis nacional, estadual e municipal, bem como representantes da sociedade civil é ampliada e melhorada.

Indicador 4.1	Uma plataforma para a troca de informações e experiências no desenvolvimento e na implementação de Planos Municipais (ou, alternativamente, em pagamentos por serviços ambientais) é colocada em operação															
<i>Linha de Base:</i>	Em 2015, não havia uma plataforma online com o objetivo específico de troca de informações e experiências em PMMA.															
<i>Método e fonte de coleta:</i>	Acompanhamento por meio de relatório de execução do FUNBIO e MMA.															
<table border="1"><thead><tr><th>Escala % de progresso</th><th>Definição da escala de progresso estimado</th><th>Data</th></tr></thead><tbody><tr><td>100%</td><td>Plataforma em operação</td><td>2020</td></tr><tr><td>75%</td><td>Elaboração da Plataforma</td><td>2019</td></tr><tr><td>20%</td><td>Definição da plataforma e elaboração do TdR</td><td>2018</td></tr><tr><td>10%</td><td>Articulação com parceiros para definição da plataforma</td><td>2017</td></tr></tbody></table>	Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data	100%	Plataforma em operação	2020	75%	Elaboração da Plataforma	2019	20%	Definição da plataforma e elaboração do TdR	2018	10%	Articulação com parceiros para definição da plataforma	2017	
Escala % de progresso	Definição da escala de progresso estimado	Data														
100%	Plataforma em operação	2020														
75%	Elaboração da Plataforma	2019														
20%	Definição da plataforma e elaboração do TdR	2018														
10%	Articulação com parceiros para definição da plataforma	2017														
<i>Progresso atual:</i>	15 %															
<i>Explicação do progresso:</i>	<p>Em 2018, foi realizado processo de articulação com a ANAMMA para definir a proposta de plataforma para a troca de informações e experiências no desenvolvimento e na implementação de PMMAs. Ficou acordado que utilizaremos a plataforma já existente (pmma.etc.br) que contou com apoio de projetos da ONU e da GIZ para ser desenvolvida, sendo necessários apenas aperfeiçoamentos na plataforma relacionados à interface de SIG para melhor monitoramento da elaboração e implementação dos PMMAs em toda a Mata Atlântica e melhor troca de informações sobre os planos existentes. Também serão aperfeiçoadas as ferramentas do curso online de elaboração de PMMAs oferecido pela plataforma.</p> <p>Em 2019, será desenvolvido o TdR para a contratação necessária para realizar tais aperfeiçoamentos na plataforma.</p>															